

MEC define a autonomia universitária

■ Normas fixarão, a partir de 99, limite de gastos e instituição federal que ultrapassar previsão deverá buscar recursos por conta própria

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, considera a aprovação das regras da autonomia das universidades federais a prioridade de sua pasta para 1999, na área do ensino superior. Após longa discussão com a área econômica e com os reitores sobre o financiamento das universidades, Paulo Renato acredita que se chegou a um consenso. O Ministério da Educação (MEC) pretende fixar um limite para os gastos anuais das instituições. Caso ultrapassem o limite, as universidades serão obrigadas a buscar recursos por conta própria.

Paulo Renato quer, também, que as universidades públicas e particulares facilitem a transferência de alunos, para acabar com o alto índice de vagas ociosas, que chega a 40% em

todo o país. "As universidades públicas estabelecem testes tão rigorosos para aceitar transferências, que nem seus próprios alunos conseguiriam resolver", criticou.

Já as instituições particulares, segundo Paulo Renato, não reconhecem parte dos créditos dos alunos que querem se transferir. "O MEC não pode impor regras quanto às transferências, porque iria contra a autonomia das universidades", disse.

Abusos — Até dezembro, deverão ser homologadas as novas regras de acesso ao ensino superior, em substituição ao antigo vestibular. O Conselho Nacional de Educação (CNE) ainda não definiu medidas para impedir abusos que vêm ocorrendo. Paulo Renato não concorda com a posição de conselheiros do CNE que consideram inconstitucional o sistema de co-

tas do adotado na Universidade de Brasília (UnB) e outras instituições.

"Desde que sejam garantidas outras formas de acesso, não vejo problema", afirmou. Na UnB, 50% das vagas do vestibular de janeiro serão destinadas a alunos que estão terminando o ensino médio e, durante três anos, foram selecionados por meio de testes aplicados pela universidade.

Em 1999, os currículos das universidades também começarão a mudar. A partir da aprovação dos novos Parâmetros Curriculares, o MEC está analisando cerca de 1.200 propostas das universidades, que poderão oferecer cursos sequenciais, modulares, de pós-secundário e de curta duração. Ainda este ano, as propostas serão enviadas para aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Com as mudanças previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alunos de um mesmo curso poderão ter trajetórias diferentes durante a graduação. "Com o fim da exigência do currículo mínimo, o aluno poderá montar seu currículo ao longo do curso, optando ainda por matérias de outras áreas de seu interesse", explicou o diretor do Departamento de Políticas de Ensino Superior, Luiz Cury.

Embora o Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia e Agronomia (Confea) tenha alertado que a qualidade dos cursos poderá cair, Cury lembrou que as universidades serão obrigadas a cumprir uma carga mínima determinada pelo MEC.

De acordo com as diretrizes curriculares propostas pelo MEC, o objetivo é definir diferentes perfis profis-

sionais para cada área de conhecimento, garantindo a flexibilidade de cursos e carreiras e promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação.

"A universidade deve formar um aluno capaz de se integrar no mercado de trabalho", afirmou Cury. Como exemplo de inadequação à realidade, citou os cursos de engenharia. As universidades não oferecem aos alunos a formação em gerenciamento exigida na contratação de engenheiros.

Pós-secundário — A universidade também deverá se abrir para estudantes de nível médio que desejam se especializar em alguma, sem passar pela graduação. "Eles poderão cursar disciplinas específicas para sua área de interesse e receberão um certificado de pós-secundário", informou o professor Rubens

Martins, da secretaria de Políticas do Ensino Superior.

Segundo Martins, algumas instituições, com base na LDB, estão reformulando seus currículos. É o caso da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na de Londrina (PR), onde os alunos escolhem o currículo com base em suas habilidades e aptidões. A UnB já iniciou estudos para adaptação de seus currículos à LDB.

O estágio antecipado é outro ponto que o MEC pretende destacar nas novas diretrizes curriculares. Alunos de medicina, por exemplo, praticarão em ambulatórios desde o primeiro ano do curso. O objetivo da antecipação do estágio é pôr o estudante em contato com as atividades profissionais de sua carreira, facilitando a montagem do currículo e a escolha da especialização.